

_____ Aos **cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte**, nesta Vila de Alcanena, Cine Teatro São Pedro de Alcanena, devido à situação pandémica existente no nosso País, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, convocada por edital datado de vinte e cinco do mês de maio findo, com a mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente: - Silvestre Luciano Gonçalves Pereira;** _____

_____ **Primeira Secretária: - Cristina Maria Graça Marques;** _____

_____ **Segunda Secretária: - Inácia Cristina Avelino Rodrigues.** _____

ORDEM DE TRABALHOS – RESUMO DAS DELIBERAÇÕES

_____ **PONTO 1 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação: - Tomado conhecimento.** _____

_____ **PONTO 2 - Relatório de Atividade 2020 – Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena - AQUANENA, EM SA – 1.º Trimestre de 2020** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação: - Tomado conhecimento.** _____

_____ **PONTO 3 – ATAS:** _____

_____ **- Ata n.º 1/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 28/02/2020** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com quatro abstenções e vinte e três votos a favor: -** Aprovada a Ata número um/dois mil e vinte, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte. _____

_____ **PONTO 4 - Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde - vinhetas mensais do cartão do utente – Restituição de 50% do valor das taxas devido ao encerramento** (Para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade: -** Aprovada a restituição de cinquenta por cento dos valores das taxas aplicadas aos quarenta e nove utentes das Piscinas Municipais de Alcanena e Minde, constantes das tabelas anexas à informação, que realizaram o pagamento das respetivas vinhetas, no mês de março, considerando que as Piscinas Municipais encerraram a treze de março de dois mil e vinte, na sequência do Plano de Contingência COVID-19 da Câmara Municipal de Alcanena. _____

PONTO 5 – Transporte em ambulância para efetuar teste COVID19

Hospital de Abrantes – Isenção do Pagamento (para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado isentar o munícipe referido na informação técnica quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco/dois mil e vinte, do pagamento do serviço solicitado para deslocação ao Hospital de Abrantes para efetuar teste COVID-19, por seu familiar ter acusado positivo. _____

PONTO 6 - Serviço solicitado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Torres Nova – Isenção do Pagamento (Para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado isentar o Município de Torres Novas do pagamento do serviço solicitado para apoio à evacuação de Lar em Pedrógão, Concelho de Torres Novas. _____

PONTO 7 - Nomeação do auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do Município ano de 2020 e seguintes – Assunção de Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Nomear a sociedade de revisores oficiais de contas “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada”, como auditor externo das contas do Município para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. _____

_____ – Autorizar a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), atendendo aos seguintes encargos máximos, com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído: _____

_____ Ano de dois mil e vinte: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e um: € 12.177,00 – doze mil cento e setenta e sete euros; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e dois: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos. _____

PONTO 8 - Proposta de saída da Câmara Municipal de Alcanena enquanto associada da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena (Para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra e dezanove votos a favor:** - Aprovada a Proposta de que a Câmara Municipal deixe de pertencer, enquanto associada, à Associação AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de

Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, com efeitos imediatos, comunicando à respetiva Associação a decisão, conforme justificações apresentadas na referida Proposta. _

PONTO 9 - Proposta de Atualização de taxas de ocupação das lojas no Mercado Municipal de Alcanena (Para deliberação)

Deliberação tomada por maioria com dez abstenções e quinze votos a favor: _

_____ - **1** – Aprovar os valores a pagar pela ocupação das lojas números um, dois, três, quatro, seis, sete, oito, nove, dez, onze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, do Mercado Municipal de Alcanena, onde se incluem, também os talhos, são, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 271,55 (duzentos e setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos); _____

_____ - **2** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação da loja número cinco, do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 320,02 (trezentos e vinte euros e dois cêntimos); _____

_____ - **3** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação das lojas números doze, treze e catorze, do Mercado Municipal de Alcanena, que foram transformadas numa única loja, a ocupar, presentemente, pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 699,36 (seiscentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos); _____

_____ - **4** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação do restaurante do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 792,16 (setecentos e noventa e dois euros e dezasseis cêntimos); _____

_____ - **5** – Aprovar a alteração do número um, do artigo vigésimo quarto, da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena, em consonância com o mencionado nos Pontos um a quatro anteriores, apenas no que respeita ao Mercado Municipal de Alcanena. _____

PONTO 10 - Apoio a Estabelecimentos de Restauração e Bebidas - Regime Excecional para Esplanadas – Isenção de taxas até final de 2020 (Para deliberação)

Deliberação tomada por unanimidade: _____

_____ - **1** - Autorizar a isenção, até ao final do ano, das taxas que revertem para o Município, previstas no número cinco, do artigo quadragésimo nono, da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município de Alcanena, no que respeita às esplanadas

dos estabelecimentos de restauração e bebidas, aplicável quer às ampliações das esplanadas existentes e devidamente licenciadas, quer a novas esplanadas que vierem a ser licenciadas até ao final de dois mil e vinte; _____

_____ - 2 - Que esta isenção produza efeitos desde treze de maio de dois mil e vinte, usando-se a via da ratificação prevista no artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo; _____

_____ - 3 – Sempre que em algum procedimento houver necessidade de efetuar pagamentos devidos a outras entidades, os mesmos serão da responsabilidade dos requerentes. _____

PONTO 11 - Rede Cultura 2027 Leiria - Constituição Régie Cooperativa Rede Cultura 2027 Leiria (para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a criação da Cooperativa denominada REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, e respetivos documentos que a constituem, nomeadamente, Estatutos da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, Minuta da Escritura Pública para a constituição da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, proposta de Regulamento Interno da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete, Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económica e Financeira, processo financeiro com cabimento e compromisso e restantes mapas e Manifesto Rede Cultura. _____

_____ Encontra-se assegurado o respetivo enquadramento orçamental nas Grandes Opções do Plano, na ação dois - “Participação Capital Social da Cooperativa – REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA”, no projeto 02.251 2020-5012 –“Leiria Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete”, após a aprovação da segunda revisão orçamental ao Orçamento e Grandes Opções dois mil e vinte, ocorrida na presente reunião de Câmara., sendo que, após lançamento da respetiva Revisão ao Orçamento na aplicação informática em uso no Município, deverá ser efetuado o respetivo cabimento, compromisso, juntando-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de dois mil e vinte, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa. _____

PONTO 12 - Relatório de Gestão de 2019 – Prestação de Contas do ano de 2019 (para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por maioria, com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Aprovado o Relatório de Gestão de dois mil e dezanove e os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezanove, do Município de Alcanena. _____

_____ **PONTO 13 – Empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de € 3.500.000, com vista ao financiamento de investimentos.** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Autorizar o Município de Alcanena a contratar um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao valor de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) para financiamento de investimentos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a contratar com o Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, nas condições constantes da proposta apresentada. _____

_____ **PONTO 14 - 2.ª Revisão Orçamental ao orçamento da receita e da despesa - ano de 2020** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Aprovada a Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte – ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes). _____

_____ **PONTO 15 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcanena 2020 - Transferência de Competências na área da Educação** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovar a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para dois mil e vinte, nos termos do disposto nos números quatro e cinco, do artigo vigésimo nono, da LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, e alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como do disposto na alínea a), do número dois, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, no âmbito da Descentralização Administrativa – Transferência de Competências no domínio da Educação, com a criação de oito lugares a prover por via de uma reserva de recrutamento. _____

_____ **PONTO 16 - Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC) - Despesas de representação** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovar a atribuição de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, em igualdade de circunstâncias com os demais cargos de direção em regime de comissão de serviço no Município (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos), sendo este equiparado aos mesmos. _____

_____ **PONTO 17 – Reconhecimento do Interesse Público Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água – Câmara Municipal de Alcanena.** (para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Reconhecer o Interesse Público Municipal do Projeto de Requalificação do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água, nas suas diversas componentes: requalificação do estacionamento, passadiço pedonal de ligação entre o estacionamento e a Praia Fluvial e respetiva estabilização da margem do Rio Alviela com recurso a técnicas de engenharia natural e ponte pedonal suspensa, de acesso entre a Praia Fluvial e o campo de jogos na margem esquerda do Rio Alviela. _____

_____ **PONTO 18 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal da Reabilitação do Cine-Teatro Rogério Venâncio – Casa do Povo de Minde** (Para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade dos presentes:** - Reconhecer o Interesse Público para as populações e economia local, do projeto de Recuperação do Cine-Teatro Rogério Venâncio, em Minde, solicitado pela Casa do Povo de Minde, para efeitos da candidatura apresentada à Medida Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, do Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte. _____

_____ **PONTO 19 - Concurso Público Empreitada 07/2020/DPGOM – Parque Verde de Alcanena – Início do Procedimento e autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais** (Para deliberação) _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra, duas abstenções e dezassete votos a favor:** _____

_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número sete/dois mil e vinte/DPGOM – Parque Verde de Alcanena; _____

_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____

_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento que, atendendo ao valor base de 1.233.067,66€ (um milhão duzentos e trinta e três mil e sessenta e sete euros e sessenta e seis

cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, se estima uma repartição de encargos de 100.000€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 1.207.051,72€ (um milhão, duzentos e sete mil, cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

PONTO 20 – Concurso Público Empreitada 15/2020/DPGOM – Centro Escolar de Minde - Autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____
_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para a Empreitada número quinze/dois mil e vinte/DPGOM - Centro Escolar de Minde; _____
_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____
_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.095.423,11€ (um milhão, noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 100.000,00€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 995.423,11€ (novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

PONTO 21 – Concurso Público Empreitada 14/2020/DPGOM – Requalificação da EM 513-1 entre Alcanena e Pousados - Autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____
_____ - Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número catorze/dois mil e vinte/DPGOM - Requalificação da Estrada Municipal quinhentos e treze-um entre Alcanena e Pousados. _____
_____ - Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 597.638,60€ (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e oito euros e sessenta cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____
_____ - Ano de dois mil e vinte: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta cêntimos); _____

_____ - Ano de dois mil e vinte e um: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta cêntimos). _____

**PONTO 22 – Concurso Público Empreitada 11/2020/DPGOM –
Requalificação dos Estádio Municipal de Alcanena - Início do Procedimento e
autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos
Plurianuais. (Para deliberação)** _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número onze/dois mil e vinte/DPGOM – Requalificação do Estádio Municipal de Alcanena; _____

_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____

_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.234.502,50€ (um milhão duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e dois euros e cinquenta cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 381.600,00€ (trezentos e oitenta e um mil e seiscentos euros), em dois mil e vinte e de 852.902,50€ (oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e dois euros e cinquenta cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

**PONTO 23 – Concurso Público Empreitada 17/2020/DPGOM –
Requalificação do Jardim das Lagoas - Autorização de Repartição de Encargos e
de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)** _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra, duas
abstenções e dezassete votos a favor:** _____

_____ - Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número dezassete/dois mil e vinte/DPGOM-Requalificação do Jardim das Lagoas. _____

_____ - Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 440.162,77€. (quatrocentos e quarenta mil cento e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____

_____ - Ano de dois mil e vinte: 125.761,00€ (cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e um euros); _____

_____ - Ano de dois mil e vinte e um: 314.401,77€ (trezentos e catorze mil quatrocentos e um euros e setenta e sete cêntimos). _____

**PONTO 24 – Concurso Público Empreitada 13/2020/DPGOM –
Requalificação do Edifício dos Mercado Municipal de Minde - Autorização de
Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para
deliberação)**

Deliberação tomada por unanimidade: _____
_____- Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número treze/dois mil e vinte/DPGOM - Reabilitação do Edifício do Mercado Municipal de Minde. _____
_____- Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 315.880,00€ (trezentos e quinze mil, oitocentos e oitenta euros), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____
_____- Ano de dois mil e vinte: 60.000,00€ (sessenta mil euros); _____
_____- Ano de dois mil e vinte e um: 255.880,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta euros). _____

PONTO 25 – Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal - Plataforma Logística do Médio Tejo. (Para deliberação)

Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor: - Aprovada a “Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor de Alcanena em área envolvente ao nó da A-1/A-23(área a sujeitar a suspensão do PDM – Plano Diretor Municipal = aproximadamente 36 hectares)” e respetiva “Proposta de Medidas Preventivas”, em conformidade com o estabelecido na alínea b) do número um, do artigo centésimo vigésimo sexto, e número um, do artigo centésimo trigésimo sétimo, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovadas pela Câmara Municipal de Alcanena, nas suas reuniões de dezasseis de março e dezoito de maio, ambos de dois mil e vinte, com os seguintes **fundamentos:** ____
____Na área territorial para a qual se projeta a referida Suspensão, considera-se necessário que futuras operações urbanísticas que coloquem em causa as novas opções de planeamento municipal sejam evitadas, pelo que, a Câmara Municipal procede à adoção de medidas preventivas, como regulamentos administrativos possam servir de base à gestão urbanística corrente. _____
____A Suspensão do Plano Diretor Municipal, a que as presentes medidas preventivas dizem respeito, não se encontram sujeitas a ratificação pelo Governo nos termos do disposto número dois, do artigo nonagésimo primeiro, do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze. _____

_____ Fundamenta-se e caracteriza-se a flexibilização das presentes medidas preventivas ao sujeitar as operações urbanísticas nessa área, aos condicionalismos que agora se apresentam, permitindo estabelecer o indeferimento de pretensões que coloquem em causa as opções da Revisão do Plano Municipal. _____

_____ Ou seja, a aplicação destas medidas será em consonância com os trabalhos de Revisão do Plano Diretor Municipal — os quais visam promover o desenvolvimento local pela revitalização socioeconómica do Concelho de Alcanena, através da fixação enquadrada de investimento potenciador de emprego e promotor da qualidade de vida das populações. _____

_____ Assim, e nestes termos: _____

_____ Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nos terrenos integrados na área delimitada para a intervenção do procedimento de Suspensão do Plano Diretor Municipal de Alcanena, **são decretadas medidas preventivas** destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa o procedimento de Revisão do Plano. Considerando-se ainda que, a área onde incide a suspensão será objeto de Plano Pormenor. _____

_____ **PONTO 26 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição**
- Ano 2019 (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 27 – Aclaração sobre “Medidas de Apoio a Famílias e Empresas no Concelho de Alcanena” aprovadas pela Câmara na reunião de 06-04-2020, na sequência da proposta n.º 3809, datada de 01-04-2020.** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 28 – Medidas de Apoio a Famílias, Empresas, IPSS e Corporações de Bombeiros, no Concelho de Alcanena** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 29 - Medidas de apoio a famílias, empresas, IPSS e Bombeiros no concelho de Alcanena – Isenção de Tarifas de RSU.** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 30 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 07/02/2020 a 07/04/2020.** (para conhecimento) _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

_____ **Pelas vinte horas cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos.** _____

_____ Informou que, por motivos profissionais a Excelentíssima Senhora Presidente era substituída pelo Vereador Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém. _____

_____ Seguidamente passou aos assuntos Antes da Ordem do Dia _____

_____ **a) - Análise dos pedidos de suspensão** _____

_____ **1 – Pedido de substituição apresentado por Patrícia Santos Louro Anacleto.** _____

_____ Presente o e-mail datado de vinte e seis de maio findo, no qual a Deputada Patrícia Santos Louro Anacleto, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Carlos Alberto Bento Ferreira, candidato seguinte na respetiva lista o qual informou que não podia comparecer. _____

_____ Assim, foi convocado o Senhor **Carlos Manuel Ferreira Correia**, candidato seguinte na respetiva lista, e **foi a vaga preenchida** pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação: - Tomado conhecimento.** _____

_____ **2 - Pedido de substituição apresentado por Patrícia Jeremias Rita Dinis.**

_____ Presente o e-mail datado de vinte e sete de maio findo, no qual a Deputada Patrícia Jeremias Rita Dinis, eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor José Carlos Pereira, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, o qual compareceu e **foi a vaga preenchida**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação: - Tomado conhecimento.** _____

_____ **3 - Pedido de substituição apresentado por Albino do Rosário Martinho.** _____

_____ Presente o e-mail datado de vinte e oito de maio findo, no qual o Deputado Albino do Rosário Martinho, eleito pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocada a Senhora **Maria Fernanda Dias Pereira da Costa**, candidato seguinte na respetiva lista, e **foi a vaga preenchida** pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **4 - Pedido de substituição apresentado por Carla Maria Jorge Batista.** _____

_____ Presente o e-mail datado de um de junho corrente, no qual a Deputada Carla Maria Jorge Batista, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos pessoais. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **João Paulo Gomez Moreira Fernandez**, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, e **foi a vaga preenchida**, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **5 – Pedido de Renúncia ao Mandato apresentada por António Augusto Fresco.** _____

_____ Presente o e-mail datado de três de junho corrente, no qual o Deputado António Augusto Fresco, eleito pela Coligação Cidadãos por Alcanena-Concelho com Futuro PPD/PSD.CDS-PP.MPT, **informa que renuncia ao mandato para que eleito por sufrágio universal e direto**, nas Eleições Autárquicas realizadas em um de outubro de dois mil e dezassete. _____

_____ Face à renúncia referida, **foi convocado, a fim de ser empossado membro efetivo, o Senhor Artur Jorge da Silva Martinho**, candidato seguinte na respetiva lista. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **Pelas vinte e uma horas, procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, sendo feito o respetivo registo verificando-se a presença de vinte e sete**
Membros: Cristina Maria Graça Marques, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Rui Fernando Anastácio Henriques, Joaquim de Jesus Carmo Gomes, Carlos Manuel Ferreira Correia, Artur Jorge da Silva Martinho, Bruno Miguel Simões Quaresma Santos, Maria do Carmo Piteira Fernandes, Ivo Monteiro dos Santos, Moisés de Jesus Morgado, Paulo Jorge Marques Frazão, Luís Miguel Brites Saca, José Manuel Henriques Paiva, Fernanda Maria Dias Pereira da Costa, João Paulo Gomez Moreira Fernandez, Maria de Lurdes da Silva Gaião Monteiro, José Carlos Pereira, Pedro Miguel Mendonça Costa, Maria Margarida Duque Pessegueiro, José Luís Gomes Ramos, Joaquina de Fátima Espiguinha Proença Ramalho, Álvaro Santos Capaz Gonçalves, Samuel Marques Frazão, Marlene Vieira Agostinho Carvalho, António Armando Frazão Silva, Lina Maria Davide Silva Louro e Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Faltou a Deputada Municipal:** _____

_____ - Maria da Luz Pena Manha _____

_____ - **Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ Encontravam-se presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: _____

_____ - **Presidente da Câmara:** Fernanda Maria Pereira Asseiceira _____

_____ - **Vereadores:** _____

_____ - Gabriel de Oliveira Feitor _____

_____ - Luís Miguel Martins Pires _____

_____ - Maria João Martins Antunes Gomez _____

_____ - Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo _____

_____ - Hugo André Silva Ferreira Santarém _____

_____ - Óscar Manuel Justo Pires _____

_____ **b) - Leitura resumida do expediente e dos pedidos de informações ou esclarecimentos e respetivas respostas que tenham sido formuladas no intervalo das Sessões da Assembleia.** _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia fez uma leitura resumida do expediente.** _____

_____ **c) Votação de propostas de voto de louvor, de congratulações, de saudação, de protesto ou de pesar que sejam apresentados por qualquer membro** _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** propôs a apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de António Lúcio Vieira, que a seguir se transcreve: _____

_____ **“VOTO DE PESAR** _____

_____ Voto de pesar pelo falecimento de **António Lúcio Vieira** _____

_____ Alcanena, cinco de junho de dois mil e vinte _____

_____ Os eleitos do grupo **Cidadãos por Alcanena – Concelho com Futuro** na Assembleia Municipal de Alcanena apresentam o seguinte voto de pesar: _____

_____ Natural de Alcanena, **António Lúcio Coutinho Vieira** dedicou a sua vida à cultura e às artes como escritor, poeta, jornalista, investigador, dramaturgo e encenador. Partiu de Alcanena para Torres Novas quando o seu pai, também alcanenense de gema e primeiro motorista dos Bombeiros Municipais de Alcanena, se empregou na empresa “Claras”. Aí também António Lúcio Vieira iniciou a sua carreira profissional, depois do Vinte e Cinco de Abril redenominada Rodoviária Nacional. _____

_____ Mas foi na cultura que António Lúcio Vieira se destacou. Foi chefe de redação do semanário torrejano *O Almonda* e publicou crónicas e reportagens em vários jornais nacionais e estrangeiros. Foi autor de vários contos, livros de poesia e de teatro, designadamente o livro *O Mouro da Praia da Foz e Vozes do Tempo*, bem como efetuou o levantamento monográfico do concelho de Torres Novas. _____

_____ Enquanto encenador, assinou um vasto leque de trabalhos, destacando-se a coragem de levar à cena ainda antes do Vinte e Cinco de Abril “A Guerra Santa”, de Luis Sttau Monteiro, sendo reconhecido por esse mérito pela Sociedade Portuguesa de Autores. A sua peça “Aldeia Brava” foi a escolhida pela Sociedade Portuguesa de Autores para representar Portugal em Moscovo. Fez ainda uma breve incursão pelo cinema como autor e realizador, e pela rádio cujo percurso se iniciou em mil novecentos e setenta e cinco na Rádio Ribatejo. _____

_____ Em Torres Novas, também se destacou enquanto dirigente associativo. Foi vice-presidente do Cine Clube de Torres Novas e fundador e dirigente do TET – Teatro Experimental Torrejano. _____

_____ Foi também autor de vários sucessos musicais graças à sua parceria de longos anos com o cantor e compositor Paco Bandeira, para o qual escreveu alguns temas, e como outros nas vozes de António Mourão, Vasco Rafael, Margarida Bessa entre outras e nas vozes dos solistas da Orquestra Típica Scalabitana e Orquestra Típica de Rio Maior. _____

_____ Membro da Sociedade Portuguesa de Autores, foi agraciado pela Casa do Ribatejo em mil novecentos e noventa e sete com os Diplomas de Honra e de Mérito

pela sua dedicação na promoção e defesa dos valores do Ribatejo. Em dois mil e quinze, foi agraciado com a Medalha de Mérito Cultural, grau ouro, do Município de Alcanena. Em dois mil e dezassete, o seu livro *25 Poemas de Dores e Amores* conquistou o primeiro prémio da 1ª edição do Prémio Literário do Médio Tejo. _____

_____ António Lúcio Vieira faleceu ontem, dia quatro de junho, na sua casa, em Torres Novas. Nunca esqueceu a sua terra, dedicando-lhe algumas memórias em poema e prosa, nomeadamente à “rua da memória”, a Rua da Cova, o casco medieval da vila que o viu nascer. _____

_____ Assim, propõe-se à Assembleia Municipal que: _____

_____ 1 - Ponha à submissão deste voto à aceitação prévia pela Assembleia, conforme a alínea c), do artigo trigésimo terceiro, do Regimento deste órgão, devido à questão temporal do sucedido; _____

_____ 2 - Aprove este voto de pesar guardando um minuto de silêncio em memória de António Lúcio Vieira; _____

_____ 3 - Expresse à família as mais sentidas condolências em nome da Assembleia Municipal, transmitindo o teor deste voto de pesar. _____

_____ Os eleitos do grupo **Cidadãos por Alcanena – Concelho com Futuro** na Assembleia Municipal de Alcanena.” _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Aprovada a apreciação do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Lúcio Coutinho Vieira. _____

_____ - Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Lúcio Coutinho Vieira, seguido de um minuto de silêncio. _____

_____ **A Deputada Marlene Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António, propôs a votação de um Voto de Louvor a todos os que têm ajudado na luta contra a batalha contra a COVID-19: organismos públicos, médicos, enfermeiros, órgãos de segurança, voluntários anónimos e que muito têm feito pelo Concelho, onde a Câmara Municipal também tem tido um papel muito importante, que a seguir se transcreve: _____

_____ **"VOTO DE LOUVOR AOS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO** _____

_____ O Grupo Parlamentar dos Cidadãos por Alcanena pretende apresentar um Voto de Louvor aos Voluntários do Concelho de Alcanena, no contexto da Pandemia da Covid-19._ _____

_____ O voluntariado começa com um enorme sentido de alteridade e de compromisso que se prolonga numa forma especial de ousadia. _____

_____ Só é voluntário quem tem a coragem de sair de si mesmo, anulando a sua vaidade e o seu egocentrismo, para, muitas vezes na sombra ou no bastidor, se dar totalmente ao Outro. _____

_____ Foi esta forma de estar que vimos acontecer no mundo, no país e, com muito orgulho, no nosso Concelho, nas nossas Freguesias, desde que a Pandemia se apoderou das nossas vidas. _____

_____ Não se olharam as dificuldades nem os medos para se fazer frente às necessidades. _____

_____ Os voluntários mostraram o melhor que o ser humano tem para dar. _____

_____ Os voluntários mostraram coragem quando as incertezas assombravam os seus corações. _ _____

_____ Os voluntários foram a voz e o olhar sempre presentes. _____

_____ Por todas estas razões e mais outras tantas que poderiam ser descritas, o nosso voto de louvor é dedicado aos voluntários do nosso Concelho que abraçaram esta missão tão nobre de ser cuidador do próximo, das mais diferentes maneiras. _____

_____ Certamente que os grandes homens e mulheres deste novo futuro encontrarão no voluntariado que correu o mundo uma fonte inspiradora do novo paradigma de liderança. _ _____

_____ Os Cidadãos por Alcanena pretendem colocar à apreciação da Assembleia a aceitação deste Voto de Louvor aos Voluntários do Concelho de Alcanena." _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Aprovada a apreciação do Voto de Louvor aos Voluntários do Concelho de Alcanena, no contexto da Pandemia da Covid-19. _____

_____ - Aprovado o Voto de Louvor aos Voluntários do Concelho de Alcanena, no contexto da Pandemia da Covid-19. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** informou ter tido conhecimento do pedido de Renúncia efetuado pelo Senhor Fresco, por motivos pessoais, devidamente justificados. Como membro da Assembleia Municipal, cabe à Assembleia Municipal, enquanto papel de cidadania que tem, enaltecer e transmitir Voto de Louvor e Agradecimento por toda a dedicação que o Senhor António Augusto Fresco teve perante a Assembleia Municipal, no presente mandato e no anterior. _____

_____ **e) Interpelações, mediante perguntas orais à Câmara sobre assuntos da respetiva administração e resposta dos membros desta** _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos** que pediu os seguintes esclarecimentos: _____

_____ **1** – Solicitou esclarecimentos sobre o atraso nas obras do Mercado Municipal de Alcanena, Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto e Estrada Regional trezentos e sessenta e um, cuja obra faltam noventa dias para terminar o prazo para a conclusão das obras e que estão muito atrasadas. _____

_____ O Grupo Parlamentar da CDU – Coligação Democrática Unitária, questionou o Ministro sobre o motivo do atraso das obras. Até à data não obteve resposta. _____

_____ **2** – Referiu que a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena avançou com um pedido de indemnização de dois milhões de euros à Câmara Municipal. Questionou qual o ponto de situação. _____

_____ **3** – Quanto ao relatório de atividades do primeiro trimestre verifica-se que, com o aumento da pluviosidade verificou-se mais um derrame junto às caixas de visita e cuja ocorrência não consta do relatório de atividades. Disse não entender como se afirma que a Rede de Coletores não necessita de intervenção, quando existem derrames e não se vê qualquer interesse em se resolver o problema. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra a Deputada Fátima Ramalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Minde, referindo que estaria prevista a Atualização do Regulamento da Zona Industrial de Minde, ainda nesse ano. Questionou sobre o ponto de situação do mesmo. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado José Carlos Pereira**, que questionou quanto à possibilidade de o público assistir à sessão da presente Assembleia Municipal, constatou que o Edital da convocatória indicava que a participação do público estava condicionada à capacidade da sala, mas a notícia que saiu no Facebook do Município referia que a sessão se realizaria sem a presença do público. _____

_____ Constatou existir no espaço condições para a realização da sessão com a presença do público, com as devidas precauções. _____

_____ Constatou que os maus cheiros voltaram quando se pensava que a situação já estava resolvida. No entanto, disse verificar-se que, em alguns pontos do Concelho, os habitantes queixam-se de que não podem abrir as janelas. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio:** _____

_____ Disse ter saído um artigo no Mirante sobre as Comemorações do Aniversário do Concelho de Alcanena e no qual se refere que “a autarca diz que se tratou de “mau gosto” a escolha do dia para a oposição deitar abaixo o trabalho feito e sublinhou várias vezes que se trata de uma “perseguição pessoal”.” _____

_____ Disse que, pessoalmente, desejava aos seus adversários políticos muita sorte e saúde. Disse, também, não se recordar de, na sua ação política, de dirigir ataques pessoas porque a vida pessoal dos outros não lhe diz respeito. _____

_____ No que diz respeito à sessão em si, o Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro e CDU – Coligação Democrática Unitária, discursaram durante cinco minutos, quando a Senhora Presidente discursou cerca de uma hora e dez minutos.

_____ Mais referiu, que nas Comemorações do dia Oito de Maio existem discursos políticos e é função da oposição criticar o trabalho mal feito e falar sobre o trabalho bem feito. É a isso que se chama democracia. _____

_____ **Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia,** em resposta ao Deputado José Carlos Pereira, esclareceu que não houve qualquer intenção de limitar o acesso às pessoas e a questão do condicionamento da sala foi combinado com os líderes de bancada, sendo esse, também, um exemplo de democracia. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** informou que, quanto aos casos de COVID-19, já há alguns dias que a situação estava controlada no Concelho. A população tem estado à altura do desafio que nunca ninguém esperava vir a encontrar.

_____ Destacou e manifestou apreço pela rede que se tem criado na rede social do concelho. _ _____

_____ No que diz respeito às questões colocadas pelo Deputado Ivo Santos, quanto à Estrada Regional trezentos e sessenta e um, esclareceu que, em boa hora a obra se iniciou, congratulando-se com o a sua execução que nem durante o período de pandemia parou. _ _ _____

_____ Verificou-se a existência de constrangimento com a sinalização de alguns sobreiros e cujos procedimentos foram necessários ser acautelados. _____

_____ Mais informou que, de acordo com o planeamento apresentado pela Infraestruturas de Portugal, prevê-se a conclusão da obra em março de dois mil e vinte e um. _ _ _____

_____ Informou que se encontra a decorrer o Tribunal Arbitral constituído por três elementos, sendo um elemento da Câmara Municipal, outro da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e um terceiro eleito pelo Presidente do Tribunal Arbitral. _____

_____ Informou que a presente sessão coincidia com a comemoração do Dia Mundial do Ambiente. Salientou o papel relevante que a Câmara Municipal tem dado às questões ambientais. No entanto, existem ainda problemas que têm de ser corrigidos e, por isso, deve existir seriedade nas afirmações proferidas. _____

_____ A Câmara Municipal sempre assumiu a defesa do ambiente no Concelho de Alcanena e tem dado passos que comprovam essa orientação e preocupação, que é diária. O Executivo dá a cara por todas as situações boas e menos boas. _____

_____ Quanto à realização da Assembleia Municipal sem a presença de público, esclareceu que o vírus ainda não foi erradicado e Alcanena encontra-se próximo de Lisboa, onde os casos se encontram descontrolados. E, portanto, todos os passos e ações têm de ser tomados de acordo com medidas e normas da Direção Geral de Saúde. _____

_____ Recordou que as informações que transmitiu ao Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal foi numa atitude de cumprimento das regras. _____

_____ Quanto ao seu discurso nas Comemorações do Aniversário do Concelho de Alcanena, disse que o mesmo está gravado, pelo que não faria comentários e que cada um tiraria as ilações que entendesse. A legitimidade que a oposição tem na liberdade de criticar e opinar sobre as ações da posição, também a posição tem o mesmo direito de o fazer pela posição. _____

_____ No que diz respeito ao relatório de atividades do primeiro trimestre da Aquanena, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que desse a palavra ao dirigente da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, presente para prestar os devidos esclarecimentos. _____

_____ **Na sequência do solicitado pela Senhora Presidente de Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Engenheiro Miguel Guerreiro, que estava a substituir a Diretora Geral, Isabel Pires.** _____

_____ **O Engenheiro Miguel Guerreiro** referiu que a avaliação constante do Relatório Trimestral era feita com base nos indicadores definidos pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. A reabilitação nas redes de coletores é feita quando existe necessidade, ou seja, quando algum coletor colapsou ou alguma caixa necessita de reparação. Intervenções normais de desentupimento de coletores não são consideradas como intervenções na rede. _____

_____ As inundações na rede não se devem às melhores ou piores condições da rede, mas sim à afluência de águas pluviais indevidas e que esta ou outra rede seriam incapazes de responder. _____

_____ Informou que se encontra a ser efetuada uma avaliação integrada em todo o sistema e que estava a ser efetuada pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e por empresa especializada. Está a ser criado um Plano Estruturado de monitorização dos caudais em

períodos de precipitação e períodos secos para se estudar e se decidir onde existem os problemas e de que forma podem ser resolvidos. O estudo que está a ser desenvolvido é um estudo mais abrangente, que vai ao nível de melhoria da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, de monitorização dos compostos dentro da própria rede de coletores e que pretende servir de base a decisões futuras na melhoria do sistema. ____

____ Quanto à questão colocada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Minde informou que o processo foi encaminhado para a área técnica. Tem existido algum atraso devido ao trabalho excessivo dos últimos meses e quem sabe se poderá ser presente à próxima sessão de Assembleia Municipal do mês de julho ou de setembro. _

____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos.** Agradeceu ao Engenheiro Miguel pela excelente explicação técnica. No entanto, disse não considerar normal que, sempre que chove as caixas de visita saltem e isso verifica-se sempre que existem chuvas. Disse considerar que o estudo já deveria ter sido efetuado e se a rede era nova, possivelmente as ligações à indústria nunca foram efetuadas e quem deveria ter tomado decisões nunca as tomou. _____

____ Questionou, novamente, sobre o atraso nas obras do Mercado Municipal e da Rede de Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto. _____

____ **A Senhora Presidente da Câmara** referiu que a obra de Saneamento de Covão do Coelho e Vale Alto tem tido alguns constrangimentos no que diz respeito à relação entre empreiteiro e subempreiteiro do qual, agora, o empreiteiro prescindiu. A informação que tem é que este irá executar a obra com os meios humanos e materiais próprios e que a obra está a retomar a normalidade. Prevê-se a conclusão da obra no decorrer do presente ano. _____

____ Quanto à empreitada do Mercado Municipal, informou que se encontra concluída, mas que foi decisão de se avançar com obras na área envolvente, prevendo-se a deslocalização em julho corrente. _____

____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado José Carlos Pereira.** Referiu que devem ser envidados todos os esforços para que o público participe nas sessões e apenas à última da hora é que foi dito que o público poderia assistir à sessão. _____

____ **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o Edital da convocatória para a sessão era claro e determinava que o público poderia assistir mediante os lugares disponíveis para o efeito e quem determina o funcionamento da Assembleia Municipal é o Presidente da Assembleia. _____

ORDEM DO DIA

_____ Pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos. _____

_____ **PONTO 1 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso** (para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, uma informação subscrita pela Senhora Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município nos meses de fevereiro, março, abril, maio e o presente mês de junho e respetiva situação financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso com indicação da fase processual em que se encontram. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 2 - Relatório de Atividades de 2020 – Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena - AQUANENA, EM SA – 1.º Trimestre de 2020** (para conhecimento) _____

_____ Presente o Relatório de Atividades do Primeiro Trimestre de dois mil e vinte, da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, acompanhado do Plano de Contingência. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 3 – ATAS:** _____
_____ **- Ata n.º 1/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 28/02/2020** (para deliberação) _____

_____ Presente a Ata da Sessão Ordinária realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com quatro abstenções e vinte e três votos a favor:** - Aprovada a Ata número um/dois mil e vinte, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Maria de Lurdes Monteiro, Rui Anastácio, Artur Martinho e José Carlos Pereira. _____

_____ **O Deputado José Carlos Pereira** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Abstém-se porque não esteve na última sessão da Assembleia.” _____

PONTO 4 - Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde - vinhetas mensais do cartão do utente – Restituição de 50% do valor das taxas devido ao encerramento (Para deliberação)

_____ Presente a Informação número quatro mil quinhentos e catorze, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que, no âmbito do Plano de Contingência COVID-19 da Câmara Municipal de Alcanena, as Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde encerraram, no passado dia treze de março de dois mil e vinte, pelas dezassete horas. _ _ _

_____ Nas Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde, no mês de março de dois mil e vinte, quarenta e nove utentes realizaram o pagamento da taxa relativa à vinheta mensal do cartão de utente (Piscinas Municipais de Alcanena – cinte e oito utentes, Piscina Municipal de Minde – vinte e um utentes). _____

_____ Propõe que seja efetuada a isenção do pagamento das taxas referentes às vinhetas mensais do cartão de utente, durante o período de encerramento das Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde, havendo lugar à restituição de cinquenta por cento dos valores das taxas aplicadas aos utentes que realizaram o pagamento das vinhetas, no mês de março, de acordo com as tabelas anexas à Informação, considerando que as Piscinas Municipais encerraram a treze de março de dois mil e vinte. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a restituição de cinquenta por cento dos valores das taxas aplicadas aos quarenta e nove utentes das Piscinas Municipais de Alcanena e Minde, constantes das tabelas anexas à informação, que realizaram o pagamento das respetivas vinhetas, no mês de março, considerando que as Piscinas Municipais encerraram a treze de março de dois mil e vinte, na sequência do Plano de Contingência COVID-19 da Câmara Municipal de Alcanena. _____

PONTO 5 – Transporte em ambulância para efetuar teste COVID19 Hospital de Abrantes – Isenção do Pagamento (para deliberação) _____

_____ Presente a Informação número quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco, de vinte e três de abril último, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que, foi transportado ao Hospital de Abrantes para efetuar o teste da COVID19 um munícipe que foi informado pelo hospital para ir fazer o teste uma vez que um seu familiar tinha acusado positivo para o teste. Mas o hospital informou logo que não de responsabilizava pelo pagamento do transporte. Como os táxis não o quiseram transportar devido à situação o munícipe recorreu aos Bombeiros. _____

_____ A Câmara Municipal, na reunião de quatro de maio findo deliberou isentar o munícipe referido na informação do pagamento do serviço solicitado para deslocação ao

Hospital de Abrantes para efetuar teste COVID-19, por seu familiar ter acusado positivo. _____

_____ Deliberou, também, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** referiu que deveria haver preocupação nos documentos enviados, considerando o Regulamento de Proteção de Dados e direito à privacidade das pessoas. A informação deveria ter sido redigida noutros moldes. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado isentar o munícipe referido na informação técnica quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco/dois mil e vinte, do pagamento do serviço solicitado para deslocação ao Hospital de Abrantes para efetuar teste COVID-19, por seu familiar ter acusado positivo. _____

_____ **PONTO 6 - Serviço solicitado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Torres Nova – Isenção do Pagamento (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação número quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro, de vinte e três de abril último, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que, no passado dia dez de abril de dois mil e vinte, os Bombeiros Municipais de Alcanena foram acionados pelo CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém para ajudar na evacuação do Lar de Pedrógão, Torres Novas. _____

_____ A Câmara Municipal, na reunião de quatro de maio findo deliberou isentar o Município de Torres Novas do pagamento do serviço solicitado para apoio à evacuação de Lar em Pedrógão, Concelho de Torres Novas. _____

_____ Deliberou, também, remeter à Assembleia Municipal para aprovação, considerando ser competência desta entidade a aprovação das isenções. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovado isentar o Município de Torres Novas do pagamento do serviço solicitado para apoio à evacuação de Lar em Pedrógão, Concelho de Torres Novas. _____

_____ **PONTO 7 - Nomeação do auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do Município ano de 2020 e seguintes – Assunção de Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação número dois mil seiscentos e cinquenta e nove, de três de março último, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que, de acordo com o estabelecido no número três, do artigo septuagésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas do Município de Alcanena, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação

juntamente com a certificação legal das contas e do parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

_____ Alude o número um, do artigo septuagésimo sétimo, Lei acima referida, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. _____

_____ A Câmara Municipal, na reunião de dezasseis de março último, deliberou propor à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, propondo-se, igualmente a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada”, como auditor externo das contas do Município para os anos de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois. _____

_____ Deliberou, também, solicitar que a Assembleia Municipal autorize a assunção de compromissos plurianuais, atendendo aos seguintes encargos máximos, com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído: _____

_____ Ano de dois mil e vinte: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e um: € 12.177,00 – doze mil cento e setenta e sete euros; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e dois: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos; _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Nomear a sociedade de revisores oficiais de contas “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada”, como auditor externo das contas do Município para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. _____

_____ – Autorizar a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), atendendo aos seguintes encargos máximos, com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído: _____

_____ Ano de dois mil e vinte: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e um: € 12.177,00 – doze mil cento e setenta e sete euros; _____

_____ Ano de dois mil e vinte e dois: € 6.088,50 – seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos. _____

PONTO 8 - Proposta de saída da Câmara Municipal de Alcanena enquanto associada da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena (Para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta número cinco mil seiscentos e catorze, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, na qual se propõe à Câmara Municipal de Alcanena e à Assembleia Municipal deliberar que o Município de Alcanena deixe de ser associado da Associação AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, com efeitos imediatos, comunicando à respetiva Associação a decisão, conforme justificações apresentadas na Proposta. _____

_____ A Proposta acima referida foi aprovada na Reunião de Câmara realizada no dia um do corrente mês de junho. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos. Referiu que se estava a propor que a Câmara Municipal deixasse de ser associada da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, porque o sistema de águas residuais está sob gestão da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Do ponto de vista da Câmara, a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena deverá fazer uma revisão aos seus Estatutos, nomeadamente ao artigo que determina o seu objeto, dado que deixou de ter como finalidade a gestão de águas residuais de Alcanena. _____

_____ A Câmara Municipal tem de manter sempre a necessidade de articulação e não integração no seu Conselho de Administração. É competência da Assembleia Municipal essa deliberação. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio** referindo que seria importante construírem-se pontes, dialogar-se no sentido de se dirimir os diferentes pontos de vista, ainda que entendesse que a Senhora Presidente deixasse de estar confortável no Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____ **O Deputado João Paulo Gomez** disse ter uma posição totalmente contrária à do Deputado Rui Anastácio e questionou o Senhor Deputado dos fundamentos legais

que o levam a tomar uma posição contra a saída da Câmara Municipal da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Esclareceu que a atividade exercida pela AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena não tinha enquadramento legal, tal como já devidamente justificado. _____

_____ **O Deputado Joaquim Gomes** informou que a Bancada do Partido Socialista manifestava o total apoio à decisão tomada pela Câmara Municipal. Apenas fazia sentido a Câmara Municipal ter participação no Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena se continuasse a existir enquadramento legal para esta continuar a atividade de tratamento do saneamento. No entanto, esclareceu que, ainda que a Câmara saia do Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, na da impede que se estabeleçam pontes entre as entidades. _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** reforçou que a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena é uma associação de utilizadores que, atualmente está a fazer a gestão do aterro de rasps azuis, cuja propriedade é do Município, pelo que referiu parecer-lhe de bom senso existir uma plataforma de entendimento entre ambas as entidades. Acima de tudo, deve-se tentar procurar consensos e soluções, no sentido de a Câmara Municipal perceber quais são os problemas com que a indústria se depara. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado José Carlos Pereira**, disse ser da opinião que a Câmara Municipal não deve estar no mesmo “barco” que a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena porque são entidades que têm interesses diferentes. _____

_____ Mais referiu, que a CDU – Coligação Democrática Unitária sempre defendeu que cada entidade deveria ter a sua posição e isso não impedia a existência de relacionamento entre ambas as entidades. E encontrando-se a Câmara Municipal em situação mais independente, poderia existir mais legitimidade para se procurar resolver as diversas situações. _____

_____ Referiu que a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e a constituição da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena nunca serviram os interesses públicos, pelo que a CDU – Coligação Democrática Unitária seria favorável à saída da Câmara Municipal do

Conselho de Administração da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** confirmou que a posição da Câmara Municipal é uma posição de diálogo com todas as forças vivas do Concelho e a fundamentação encontra-se plasmada na proposta apresentada. A Câmara Municipal defende o interesse público e a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena defende o interesse privado. Recordou que a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena faz parte do Conselho Consultivo da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, Conselho esse que foi criado para acompanhar a situação do Concelho e que é composto por representantes da Câmara Municipal, AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, CTIC - Centro Tecnológico das Industrias do Couro, APA - Agência Portuguesa do Ambiente e AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____ **O Deputado João Paulo Gomez** disse, na qualidade de habitante de Alcanena, estar preocupado com os problemas do Concelho de Alcanena porque o problema é sério e grave e que as posições de voto devem ser justificadas e enquadradas legalmente. _____

_____ Disse considerar sensato que quem gere os resíduos da indústria não podem ser os respetivos interessados. Disse ser favorável à indústria no concelho de Alcanena, mas com coexistência de forma sustentável, coexistência essa que dever ser feita com um controlo sério e dinâmico. _____

_____ Acrescentou que ser-se contra só porque se faz parte da oposição não é razão válida e consistente. _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** questionou se a Câmara Municipal convidou ou não os industriais para fazerem parte dos órgãos sociais da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** comprovou que a Câmara Municipal é uma entidade dialogante e que faz pontes com as entidades. A Câmara Municipal procurou que a AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena fosse parte integrante do processo de constituição da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa

Municipal, Sociedade Anónima. Foi entendimento que o Conselho de Administração da AQUANENA poderia ser composto por um representante da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, constituindo-se como uma mais valia, pelo contributo que poderiam dar ao processo. A componente industrial do saneamento tem muito peso pelo que era muito importante que existisse, desde a primeira hora, o envolvimento dos representantes da componente industrial. Foi convidada a fazer parte do Conselho de Administração da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a Presidente da Assembleia Geral da AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Reforçou que a Câmara Municipal teve sempre uma atitude dialogante e continua interessada em relacionar-se com os industriais. A APIC - Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes também é uma associação que representa os industriais, o que reforça a posição de diálogo da Câmara Municipal. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra e dezanove votos a favor:** - Aprovada a Proposta de que a Câmara Municipal deixe de pertencer, enquanto associada, à Associação AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, com efeitos imediatos, comunicando à respetiva Associação a decisão, conforme justificações apresentadas na referida Proposta. _ _____

_____ **Votaram contra** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Carvalho. _____

_____ **PONTO 9 - Proposta de Atualização de taxas de ocupação das lojas no Mercado Municipal de Alcanena (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Proposta número cinco mil seiscientos e sete, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, propondo a aprovação dos valores a pagar pela ocupação das lojas do Mercado Municipal de Alcanena, constantes da referida Proposta, aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada no dia um de junho corrente. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Disse que o Mercado Municipal de Alcanena é o equipamento de promoção das atividades económicas de excelência no Município. A intervenção efetuada no espaço é um marco distintivo na urbanização do espaço. _____

_____ No que diz respeito à organização do espaço, concentrou-se as lojas de atividade alimentar numa área e as de atividade não alimentar noutra área. Todas as lojas de características alimentares terão acesso a uma esplanada interior que será cedida de forma gratuita e cujas despesas sanitárias são suportadas pelo Município. _____

_____ As lojas terão uma área maior e por tal razão considerou-se aumento da taxa a aplicar. Este aumento foi comunicado aos lojistas. Para que existisse igualdade estabeleceu-se, para lojas com características iguais, taxa igual a aplicar. Os aumentos não chegam a ser de dois euros diários, parecendo-lhe ser um aumento razoável. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos.** Referiu que os mercados municipais têm um papel importante no que diz respeito à atividade económica. Com as obras, verificou-se que o Mercado Municipal, nas suas instalações provisórias e a Feira Semanal se aproximaram e essa aproximação traz outro peso e dinamismo a ambos. No entanto, tem sido posição da Câmara Municipal promover o afastamento dos dois. Disse ser da opinião que o erro passou pela construção de um Hotel com vista para o cemitério e um Jardim das Lagoas para tapar a vista para o cemitério. _____

_____ Quanto ao Mercado Municipal disse esperar que o mesmo seja considerado como um polo de comércio retalhista. No entanto, a Câmara Municipal decidiu atribuir três lojas à AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima que poderiam ser atribuídas aos lojistas, considerando que a Câmara Municipal tem outros espaços onde, com algumas obras, poderiam servir para integrar os serviços da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima.

_____ **O Deputado Rui Anastácio** disse considerar o aumento das rendas de cerca de vinte e cinco por cento algo ambicioso, mas que a seu tempo poderá ser corrigido. _____

_____ **O Deputado João Paulo Gomez** felicitou a Câmara Municipal pela Requalificação do Mercado Municipal, obra que ficou acima das expectativas e bem enquadrada paisagisticamente. _____

_____ Relativamente ao aumento das taxas praticadas, apesar de vinte e cinco por cento parecer uma percentagem muito elevada, em termos de valores representa aumentos na ordem dos quarenta a sessenta euros mensais. Acrescentou que as lojas existentes foram objeto de intervenção, foi colocado ar condicionado e têm acesso à esplanada interior. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima pagará renda do espaço que ocupará. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria com dez abstenções e quinze votos a favor:** _____

_____ - **1** – Aprovar os valores a pagar pela ocupação das lojas números um, dois, três, quatro, seis, sete, oito, nove, dez, onze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, do Mercado Municipal de Alcanena, onde se incluem, também os talhos, são, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 271,55 (duzentos e setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos); _____

_____ - **2** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação da loja número cinco, do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 320,02 (trezentos e vinte euros e dois cêntimos); _____

_____ - **3** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação das lojas números doze, treze e catorze, do Mercado Municipal de Alcanena, que foram transformadas numa única loja, a ocupar, presentemente, pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 699,36 (seiscentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos); _____

_____ - **4** – Aprovar o Valor a pagar pela ocupação do restaurante do Mercado Municipal de Alcanena, para o ano de dois mil e vinte, no montante de € 792,16 (setecentos e noventa e dois euros e dezasseis cêntimos); _____

_____ - **5** – Aprovar a alteração do número um, do artigo vigésimo quarto, da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena, em consonância com o mencionado nos Pontos um a quatro anteriores, apenas no que respeita ao Mercado Municipal de Alcanena. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho, Marlene Carvalho, Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **Não participaram na votação** o Senhor Presidente da Assembleia, Silvestre Pereira, por ser membro do Conselho de Administração da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e a Senhora Primeira Secretária, Cristina Marques, por ser trabalhadora na mesma empresa. _____

PONTO 10 - Apoio a Estabelecimentos de Restauração e Bebidas -
Regime Excecional para Esplanadas – Isenção de taxas até final de 2020 (Para
deliberação)

_____ Presente a Proposta número cinco mil seiscientos e dois, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, propondo que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que autorize a isenção, até ao final do ano, das taxas que revertem para o Município, previstas no número cinco, do artigo quadragésimo nono, da tabela de taxas e licenças em vigor no Município de Alcanena, no que respeita às esplanadas dos estabelecimentos de restauração e bebidas, aplicável quer às ampliações das esplanadas existentes e devidamente licenciadas, quer a novas esplanadas que vierem a ser licenciadas até ao final de dois mil e vinte. _____

_____ Que esta isenção produza efeitos desde treze de maio de dois mil e vinte, usando-se a via da ratificação prevista no artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo. _____

_____ Sempre que em algum procedimento houver necessidade de efetuar pagamentos devidos a outras entidades, os mesmos serão da responsabilidade dos requerentes. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ Referiu estar-se perante uma medida de apoio e valorização à atividade económica do Concelho. Por força da pandemia, tem sido feito o apelo para utilização de esplanadas, para os casos em que existam condições para tal, e serão privilegiadas, mediante requerimento a apresentar à Câmara Municipal. não haverá lugar à cobrança de taxas de ocupação do espaço público e taxas pela apreciação do processo. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** referiu que a CDU – Coligação Democrática Unitária iria votar favoravelmente. No entanto, e à luz do que tem sido efetuado noutras autarquias do país, o processo de licenciamento deveria ser mais simplificado para ser mais ágil a instalação das esplanadas. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** respondeu que era dada celeridade à análise e aprovação dos projetos. No entanto, tem de ser apresentado à Câmara Municipal o devido enquadramento para poder haver a ocupação do espaço. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - **1** - Autorizar a isenção, até ao final do ano, das taxas que revertem para o Município, previstas no número cinco, do artigo quadragésimo nono, da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município de Alcanena, no que respeita às esplanadas dos estabelecimentos de restauração e bebidas, aplicável quer às ampliações das

esplanadas existentes e devidamente licenciadas, quer a novas esplanadas que vierem a ser licenciadas até ao final de dois mil e vinte; _____

_____ - **2** - Que esta isenção produza efeitos desde treze de maio de dois mil e vinte, usando-se a via da ratificação prevista no artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo; _____

_____ - **3** – Sempre que em algum procedimento houver necessidade de efetuar pagamentos devidos a outras entidades, os mesmos serão da responsabilidade dos requerentes. _____

_____ **PONTO 11 - Rede Cultura 2027 Leiria - Constituição Régie Cooperativa Rede Cultura 2027 Leiria (para deliberação)** _____

_____ Presente a Proposta número cinco mil seiscentos e dezanove, de vinte e sete de maio de dois mil e vinte, enviada pela Câmara Municipal, sobre a criação da Cooperativa denominada REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, e respetivos documentos que a constituem, nomeadamente, Estatutos da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, Minuta a Escritura Pública para a constituição da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, proposta de Regulamento Interno da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete, Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económica e Financeira e Manifesto Rede Cultura. _____

_____ Os representantes dos Municípios constantes do manifesto Rede Cultura, pretendem continuar a afirmar o seu território como um polo de dinamização da oferta de serviços públicos - principalmente no que toca ao desenvolvimento cultural - e neste âmbito pretendem desenvolver a sua ação para o bem-estar das populações que servem, oferecendo-lhes o melhor desenvolvimento cultural, social e económico possível. _____

_____ Nesta linha de entendimento, foram equacionadas novas formas de gestão municipal conjunta no âmbito da educação pública, cultural e recreativa, plasmadas em manifesto subscrito em vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove, documento pelo qual foi criada a REDE CULTURA dois mil e vinte e sete. _____

_____ Com essa Rede, pretende-se essencialmente a promoção da partilha de criações e recursos artísticos e culturais no território abrangido pelos Municípios subscritores, visando-se ainda, como fim ulterior, a preparação da candidatura da cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura, em dois mil e vinte e sete, através de uma estrutura com um quadro colaborativo mais amplo. _____

_____ A estratégia de exploração dos Municípios e outras entidades subscritoras do referido Manifesto baseia-se na pretensão de ser desenvolvido outro ritmo de gestão na

atividade cultural, através de um modelo assente no desempenho de interesse público por entidade especializada, com uma gestão mais eficiente, menos onerosa e com ganhos de escala e de gama. _____

_____ Os valores da universalidade e da qualidade do serviço, da autossustentabilidade e da proteção dos valores culturais, bem como da racionalidade económica crêem-se bem defendidos com a criação e constituição de uma cooperativa de interesse público, também designada por Régie Cooperativa, moldura retirada da comparação com outros modelos associativos ou participativos e cuja valia se encontra demonstrada em estudo técnico fundamentada e independente. _____

_____ Demonstrados os objetivos e a vontade expressa no manifesto assinado por todos os interessados, bem como elaboradas minutas dos necessários documentos de suporte à constituição da REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, pode a mesma ser constituída por escritura pública, após as necessárias deliberações dos órgãos executivos e deliberativos municipais e a obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas. _____

_____ A Cooperativa terá um Capital Social de € 387.830,00 (trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e trinta euros), constituído por títulos de € 10,00 (dez euros). O Município de Alcanena será subscritor de 488 (quatrocentos e oitenta e oito) títulos, o que perfaz o valor de € 4.880,00 (quatro mil oitocentos e oitenta euros), correspondente à percentagem de um vírgula vinte e seis por cento (1,26%). A constituição da Cooperativa está sujeita a Visto Prévio do Tribunal de Contas. _____

_____ Encontra-se assegurado o respetivo enquadramento orçamental nas Grandes Opções do Plano, na ação dois - “Participação Capital Social da Cooperativa – REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA”, no projeto 02.251 2020-5012 – “Leiria Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete”, após a aprovação da Segunda Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções dois mil e vinte, ocorrida na presente sessão, sendo que, após lançamento da respetiva Revisão ao Orçamento na aplicação informática em uso no Município, deverá ser efetuado o respetivo cabimento, compromisso, juntando-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de dois mil e vinte, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do proposto e passou a palavra à Senhora Presidente de Câmara. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** esclareceu que o Município de Leiria está a liderar a organização do processo, tendo-se considerado ser a forma organizativa encontrada para os Municípios se unirem na apresentação da Candidatura à Rede Cultura dois mil e vinte e sete. _____

_____ Referiu que o Município de Leiria assumiu a participação de vinte e cinco por cento na repartição dos encargos, sendo os restantes setenta e cinco por cento repartidos pelos restantes Municípios aderentes, proporcionalmente ao número de habitantes, perspetivando-se que o Município tenha um custo associado de nove mil setecentos e cinquenta euros. Disse considerar que haverá todo um envolvimento na participação em atividades e programação, com candidaturas e enquadramentos vários que só irão alargar a visão do território e a partilha alargada das visões dos diversos Municípios. ____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Aprovada a criação da Cooperativa denominada REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada, e respetivos documentos que a constituem, nomeadamente, Estatutos da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, Minuta da Escritura Pública para a constituição da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete Leiria, proposta de Regulamento Interno da Régie Cooperativa Rede Cultura dois mil e vinte e sete, Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económica e Financeira, processo financeiro com cabimento e compromisso e restantes mapas e Manifesto Rede Cultura. _____

_____ Encontra-se assegurado o respetivo enquadramento orçamental nas Grandes Opções do Plano, na ação dois - “Participação Capital Social da Cooperativa – REDE CULTURA dois mil e vinte e sete LEIRIA”, no projeto 02.251 2020-5012 –“Leiria Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete”, após a aprovação da segunda revisão orçamental ao Orçamento e Grandes Opções dois mil e vinte, ocorrida na presente reunião de Câmara., sendo que, após lançamento da respetiva Revisão ao Orçamento na aplicação informática em uso no Município, deverá ser efetuado o respetivo cabimento, compromisso, juntando-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de dois mil e vinte, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa. _____

_____ **PONTO 12 - Relatório de Gestão de 2019 – Prestação de Contas do ano de 2019** (para deliberação) _____

_____ Presente o Relatório de Gestão de dois mil e dezanove, bem como os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e dezanove, remetidos pela Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Os referidos documentos foram aprovados na reunião da Câmara Municipal, realizada em um de junho corrente. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** fez uma apresentação síntese do documento em análise. _____

_____ Deu nota que o documento evidencia e comprova uma evolução muito positiva do município, quer no que diz respeito ao equilíbrio orçamental, quer no que diz respeito aos investimentos e atividades desenvolvidas. _____

_____ Dois mil e dezanove foi um ano de continuidade da evolução sustentável das contas e do relevante investimento. _____

_____ Verifica-se que existe uma amortização de cerca de setenta por cento da dívida a médio longo prazo e de uma execução orçamental de cerca de oitenta e sete por cento. _____

_____ Dois mil e dezanove foi o ano em que o Município de Alcanena teve, finalmente um Posto da GNR – Guarda Nacional Republicana com dignidade que merecem os militares. _____

_____ No que diz respeito à evolução da receita, referiu que entre dois mil e onze e dois mil e quinze o aumento mais significativo veio o Plano de Saneamento Financeiro, empréstimo contratualizado em dois mil e onze e que foi renegociado em dois mil e quinze, com spreads mais baixos. Dois mil e quinze foi, também, um ano de grande investimento de capital ao nível de obras participadas. _____

_____ No que diz respeito às obras participadas, destacou o ano de dois mil e quinze, ano de grande decisão política, quer a nível local, quer a nível nacional, em que foi possível encontrar fundos para a requalificação da rede de coletores. _____

_____ No que diz respeito à evolução do número de eleitores, esclareceu que tem existido decréscimo, tendência que se verifica a nível nacional, com exclusão da área do litoral e que se procura tentar inverter. Tirando o ano de dois mil e quinze, dois mil e dezanove foi o ano com maior investimento por eleitor por quilómetro quadrado. _____

_____ Referiu que a dívida total tem vindo a reduzir de forma gradual. Justificou que o valor referente à dívida de curto prazo se deve à conferência de faturas que chegam no final do ano e que não permitem a sua regularização no mesmo ano, como é o caso da faturação enviada pela RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, Rodoviária do Tejo ou EDP - Energias de Portugal. _____

_____ Quanto ao número de trabalhadores evidenciou a existência de cento e oitenta e quatro, bem longe dos duzentos e cinco que existiam em dois mil e oito. _____

_____ Destacou a distribuição das despesas por classificação económica, as obras iniciadas ou concluídas em dois mil e dezanove. _____

_____ Destacou o êxito que tem tido o Orçamento Participativo Jovem e que estão a cumprir o objetivo de levar os jovens a participarem na vida do Município. _____

_____ Destacou as transferências para as Juntas de Freguesia, ao abrigo dos Acordos de Execução, bem como os investimentos realizados e a realizar na rede viária inter freguesias. _____

_____ Deu conhecimento da evolução dos rácios de solvabilidade e liquidez que comprovam que o caminho tem sido trilhado de forma determinada e só quem não gere é que não consegue dar valor às exigências que os resultados exigem. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Joaquim Gomes.** Deu os parabéns ao Executivo pelo bom exercício de dois mil e dezanove. Fez referência ao equilíbrio entre as despesas correntes que não absorvem as despesas de capital, o que evidencia boa gestão no balanceamento da receita corrente e de capital e da despesa. Acrescentou que a dívida está controlada, ainda que tenham existido acréscimos face ao ano de dois mil e dezoito. _____

_____ Concluiu dizendo que o PS – Partido Socialista, iria votar favoravelmente. _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** disse considerar que a equipa que está a gerir a Autarquia é esforçada e gente séria, pelos menos era essa a noção que tinha. No entanto, no registo do Executivo denotava-se, como habitualmente, falta de humildade.

_____ Verifica-se que o número de eleitores se encontra a diminuir e não existe preocupação quanto a esse assunto. Qualquer dia a população ativa de Alcanena ou trabalha na Câmara Municipal ou na AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. Perderam-se eleitores e massa crítica, sendo esse um grande motivo de preocupação. _____

_____ Em dois mil e dez e dois mil e onze veio a Troica colocar um travão ao endividamento das autarquias, as quais apenas puderam gastar o que tinham. Deveria ser essa a filosofia de trabalho sempre. Não é de especial mérito ter-se contas equilibradas quando as receitas são garantidas, advindas dos impostos. Disse que o mérito devia ser atribuído às empresas que começam o ano com receitas que não são garantidas. Empresas essas que não se fixam, por exemplo, na Zona Industrial de Minde e que, aparentemente, não é visto como prioridade. Todos os dias se está a perder população e massa crítica e a não fixar população no Concelho. _____

_____ Sugeriu que se fizesse uma avaliação da desorçamentação que está a ser feitas nas Juntas de Freguesia. _____

_____ **O Deputado João Paulo Gomez**, em resposta ao Deputado Rui Anastácio, disse que na primeira intervenção efetuada por este na presente sessão foi acusar-se a não existência espírito democrático por parte da Presidente de Câmara, em referência ao discurso tido no Oito de Maio. _____

_____ Esclareceu que o espírito democrático assentava, também, no reconhecimento e honestidade intelectual dos factos. _____

_____ Na visão do Deputado Rui Anastácio, existe dificuldade na fixação de população e negócios. No entanto, o facto de não haver empresas interessadas em se estabelecerem na Zona Industrial de Minde não tem a ver com o facto de não se estabelecerem noutros lados, mas sim com a capacidade de se instalarem, dado que a iniciativa privada não tem assistido aos seus melhores dias. _____

_____ Relativamente ao referido quanto ao argumento apresentado pela entrada da Troica e desse ter sido o principal motivo para se acabar com o despesismo, discordou, porque se tal fosse aplicado às contas da Autarquia não teria existido o aumento de investimentos que se tem vindo a verificar. _____

_____ Em dois mil e nove o Município tinha um passivo superior aos fundos próprios e não tinha forma de o liquidar se não fosse com recurso ao Plano de Saneamento Financeiro. Mas mesmo com este continuou a fazer investimentos e obra e contas que demonstram factos concretos e que não assentam somente na redução do número de eleitores. _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** sugeriu que o Senhor Deputado estudasse a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos**. Destacou a perda populacional que se sente no Concelho e também no Médio Tejo. Destacou que Alcanena é um Concelho industrial com boas infraestruturas e acessos, mas que não consegue contrariar a perda de população e para tal são necessárias medidas, começando-se pelo PDM – Plano Diretor Municipal e pela Zona Industrial que nunca foi infraestruturada, a existência de rendas acessíveis para jovens, criação de iniciativas que contrariem a degradação das zonas urbanas e a resolução do problema ambiental, o qual leva a população a deslocar-se para fora do Concelho. _____

_____ A própria perda populacional devia preocupar todos porque, com a intervenção da Troica perderam-se três Freguesias e a atual proposta do Partido

Socialista de nova reorganização das freguesias prevê nova aglomeração de freguesias, traduzindo-se na perda de mais freguesias no Concelho de Alcanena. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** informou que o enquadramento que efetuou ao documento foi claro e elucidativo e permite analisar o trabalho que foi feito no ano de dois mil e dezanove. _____

_____ O Município preocupa-se com a perda de população e com a diversificação económica. Deposita grande confiança no reordenamento do território que virá da aprovação da Revisão do Plano Diretor Municipal e que visa o aumento da população e da atividade económica. _____

_____ No que diz respeito à receita que advém dos impostos municipais, referiu que a taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis não pode descer de forma abrupta no sentido de não comprometer o futuro. E que não se pode comparar com os outros municípios. Existe trabalho feito que permite dizer que o Município criou condições para continuar, ano após ano, a descer a taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, compromisso já assumido. _____

_____ No que diz respeito às transferências para as Juntas de Freguesia e de União de Freguesias, disse que no final de dois mil e nove/dois mil e dez foram delegadas competências nestas e para as quais se fazem transferências de verbas para as mesmas e para trabalhos que são efetivamente realizados. Antes de dois mil e nove, a dívida que existia às Freguesias era na ordem dos quinhentos mil euros, dívida essa que foi paga pelo atual Executivo. Com o atual Executivo existe redução de transferências de capital para as Juntas de Freguesia porque as obras que são da responsabilidade da Câmara é a Câmara que as executa, até porque a maioria das Juntas nem tem capacidade para elaborar os procedimentos de contratação pública. _____

_____ O que conta é o dever cumprido, à lei da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Esclareceu que em dois mil e nove já existia a Lei que impunha limite ao endividamento aos municípios, ainda que o mesmo, nessa data, tivesse sido ultrapassado em mais de quatro milhões de euros. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, como Deputado Municipal não se sentiria confortável no papel de olhar para um Concelho com dívida insuportável, com incumprimento da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e do Prazo Médio de Pagamentos, situação existente em dois mil e nove. _____

_____ Existirá muita coisa ainda a fazer e se não existisse a atual capacidade de endividamento e organização, o futuro estaria comprometido. Existem variáveis como a

natalidade e a desertificação que não dependem só do Município dado que ainda se verifica uma maior concentração da população no litoral e nas grandes cidades. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Aprovado o Relatório de Gestão de dois mil e dezanove e os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezanove, do Município de Alcanena. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho, Marlene Carvalho, Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **PONTO 13 - Empréstimo de médio e longo prazo até ao valor de € 3.500.000,00 com vista ao financiamento de investimentos. (para deliberação)** _____

_____ Presente o Despacho número quatro mil quinhentos e trinta e três, de vinte e oito de abril de dois mil e vinte, relativo à contratação de Empréstimo de Médio Longo Prazo, até ao valor de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) para financiamento de investimentos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, e todo o processo com vista à contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo até ao valor de três milhões e oitocentos e setenta e oito mil euros, enviado pela Câmara Municipal de Alcanena ao abrigo do número dois, do artigo quinquagésimo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, processo que fora presente à reunião ordinária realizada no dia um do corrente mês de junho, tendo sido deliberado aprovar a proposta de contratação do referido empréstimo e submeter a mesma para apreciação do Órgão Deliberativo do Município, já que é competência da Assembleia Municipal “autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei” (alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro). _____

_____ O processo de empréstimo veio acompanhado da Informação número cinco mil quatrocentos e oitenta e um, de vinte e cinco de maio de dois mil e vinte, sobre a capacidade de endividamento do Município de Alcanena para efeitos de contratação de empréstimo de Médio Longo Prazo até ao valor de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) para financiamento de investimentos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, e remetendo o processo com vista à contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo pretendido e por mapa identificativo dos investimentos a financiar, com indicação dos respetivos montantes máximos previstos. _____

_____ Caso a Assembleia Municipal autorize o empréstimo em causa, após analisadas as propostas enviadas pelas instituições bancárias, a decisão aponta no sentido de contratar o empréstimo com o Banco BPI – Banco Português de

Investimentos, Sociedade Aberta, nas condições referidas na proposta que consta do referido processo. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do proposto e passou a palavra à Senhora Presidente de Câmara. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** informou que, para a realização de investimento, tem de existir financiamento, quer por meios próprios, quer por financiamento comunitário, quer com financiamento bancário. O Município tem efetuado investimento com recurso a fundos comunitários, mas nem toda a despesa é elegível e existem investimentos que são prioritários e que não são enquadráveis em financiamento comunitário, como é a Requalificação do Estádio Municipal Joaquim Maria Baptista, a Requalificação da Rede Viária entre Alcanena e Pousados, a Requalificação da Rede Viária em Covão do Coelho, Vale Alto e Carvalheiro, a Requalificação do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água, a Requalificação do Jardim das Lagoas e Contratos Adicionais à Empreitada de Construção do Centro Escolar de Alcanena, por se considerarem trabalhos fundamentais efetuar e que não foram contemplados inicialmente. _____

_____ Informou que foram consultadas várias entidades bancárias sendo que quem reuniu melhores condições foi o banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta. _____

_____ Informou, também, que, a trinta e um de dezembro de dois mil e nove o Município de Alcanena tinha vinte e um empréstimos a decorrer e em dois mil e vinte apenas oito empréstimos, de entre os quais o empréstimo contratado ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro e empréstimo excecionado para fazer face à contrapartida nacional de investimentos financiados por fundos comunitários. _____

_____ Esclareceu que o presente empréstimo é o primeiro empréstimo que o Executivo faz para financiamento de investimentos que não são financiados por Fundos Comunitários. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio** esclareceu que, e ainda relativamente ao ponto anterior da presente sessão, em que se aprovou o Relatório de Gestão, quando a Senhora Presidente referiu que, quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o Município de Alcanena não se podia comparar com os outros Municípios. No entanto, na sua opinião, o Município tem a obrigação de se comparar com outros territórios e estudar diversos casos de territórios nacionais e internacionais. Deu como exemplo o caso de Óbidos e o que tem feito com os fundos e compreender de que forma se pode fazer melhor pelo território. _____

_____ No que diz respeito ao ponto em discussão, o Empréstimo, informou que os Cidadãos por Alcanena se iriam abster, aceitam os critérios subjacentes à contratação do empréstimo, consideram que existem obras que são urgentes e inadiáveis, mas outras são dispensáveis, no sentido que são menos prioritárias e, no momento em que se vive, todos os cêntimos contam na economia das entidades. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que as suas afirmações têm de ser contextualizadas. Quando se referiu a análise comparativa com os outros municípios, apenas se estava a referir ao IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis, o qual tem tido uma descida gradual, de acordo com as possibilidades do Município. Mais do que comparações, há que se trabalhar todos os dias em parceria e diálogo e com partilha de preocupações, ações e projetos. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Autorizar o Município de Alcanena a contratar um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao valor de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) para financiamento de investimentos do PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a contratar com o Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, nas condições constantes da proposta apresentada. _____

_____ **Abstiveram-se os Deputados** Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho, Marlene Carvalho, Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **PONTO 14 - 2.ª Revisão Orçamental ao orçamento da receita e da despesa - ano de 2020 (para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação número cinco mil quinhentos e setenta e dois, de vinte e seis de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, propondo a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades Mais Relevantes), referentes aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte, documentos que anexam à Informação, e que seja o assunto submetido à Assembleia Municipal, nos termos da Lei.

_____ Presente, também, a Informação número cinco mil seiscentos e noventa e dois, de vinte e seis de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, informando que a Informação anteriormente identificada, foi emitida com algumas incorreções na parte relativa à Conclusão, onde se mencionam os anos. _____

_____ A referida proposta foi aprovada na reunião de Câmara, realizada no dia um de junho corrente. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com dez abstenções e dezassete votos a favor:** - Aprovada a Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte – ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes). _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho, Marlene Carvalho, Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **PONTO 15 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Alcanena 2020 - Transferência de Competências na área da Educação** (para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta número cinco mil seiscentos e catorze, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, propondo a aprovação da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para dois mil e vinte nos termos do disposto nos números quatro e cinco, do artigo vigésimo nono, da LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, e alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como do disposto na alínea a), do número dois, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, no âmbito da Descentralização Administrativa – Transferência de Competências no domínio da Educação, com a criação de oito lugares a prover por via de uma reserva de recrutamento. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** fez o enquadramento do assunto. Referiu que a presente Alteração se devia à necessidade de contratação de Recursos Humanos para a área da Educação, no sentido de suprir necessidades que venham a existir com a Transferência de Competências na área da Educação, para o Município. _

_____ **Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovar a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, para dois mil e vinte, nos termos do disposto nos números quatro e cinco, do artigo vigésimo nono, da LGTFP – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o disposto na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, e alínea o), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, bem como do disposto na alínea a), do número dois, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de

setembro, no âmbito da Descentralização Administrativa – Transferência de Competências no domínio da Educação, com a criação de oito lugares a prover por via de uma reserva de recrutamento. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

PONTO 16 - Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC) - Despesas de representação (para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta número quatro mil novecentos e noventa e dois, de doze de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, propondo a aprovação da atribuição de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, em igualdade de circunstâncias com os demais cargos de direção em regime de comissão de serviço no Município (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos), sendo este equiparado aos mesmos. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ Referiu que está previsto em Decreto-Lei número quarenta e quatro/dois mil e nove, a existência de um Comandante Operacional Municipal e cuja competência de autorização remuneratório cabe à Assembleia Municipal. Foi aprovado pela Câmara que a componente remuneratória seja equivalente à de Chefe de Divisão. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovar a atribuição de despesas de representação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, em igualdade de circunstâncias com os demais cargos de direção em regime de comissão de serviço no Município (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos), sendo este equiparado aos mesmos. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

PONTO 17 – Reconhecimento do Interesse Público Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água – Câmara Municipal de Alcanena. (para deliberação) _____

_____ Presente a Informação número quatro mil quatrocentos e trinta e seis, de vinte e três de abril último, enviada pela Câmara Municipal, na qual se propõe à Assembleia Municipal a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal do Projeto de Requalificação do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água, nas suas diversas componentes: requalificação do estacionamento, passadiço pedonal de ligação entre o estacionamento e a Praia Fluvial e respetiva estabilização da margem do Rio Alviela, com recurso a técnicas de engenharia natural e ponte pedonal suspensa, de acesso entre a Praia Fluvial e o campo de jogos na margem esquerda do Rio Alviela. _____

_____ A empreitada insere-se em Reserva Agrícola Nacional e, de acordo com o artigo vigésimo quinto do Decreto-lei número setenta e três/dois mil e nove, de trinta e um de março, alterado e pelo Decreto-lei número cento e noventa e nove/dois mil e quinze de dezasseis de março, podem ser autorizadas “utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional para a realização de ações de relevante interesse público.” _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ Referiu que o Reconhecimento do Interesse Público do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial é uma exigência para obtenção de pareceres das entidades competentes. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** - Reconhecer o Interesse Público Municipal do Projeto de Requalificação do Parque de Estacionamento da Praia Fluvial dos Olhos de Água, nas suas diversas componentes: requalificação do estacionamento, passadiço pedonal de ligação entre o estacionamento e a Praia Fluvial e respetiva estabilização da margem do Rio Alviela com recurso a técnicas de engenharia natural e ponte pedonal suspensa, de acesso entre a Praia Fluvial e o campo de jogos na margem esquerda do Rio Alviela. _____

_____ **O Deputado Carlos Correia, ausentou-se da sala, não participando na votação do Ponto seguinte, por ser membro da Direção da Casa do Povo.** _____

_____ **PONTO 18 – Reconhecimento do Interesse Público Municipal da Reabilitação do Cine-Teatro Rogério Venâncio – Casa do Povo de Minde (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Proposta cinco mil quatrocentos e noventa e nove, de vinte e cinco de maio findo, remetida pela Câmara Municipal, na qual propõe que a Assembleia Municipal reconheça o Interesse Público para as populações e economia local, do projeto de Recuperação do Cine-Teatro Rogério Venâncio, em Minde, solicitado pela Casa do Povo de Minde, para efeitos da candidatura apresentada à Medida Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, do Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte, considerando ser a entidade competente para emissão do mesmo.

_____ **Deliberação tomada por unanimidade dos presentes:** - Reconhecer o Interesse Público para as populações e economia local, do projeto de Recuperação do Cine-Teatro Rogério Venâncio, em Minde, solicitado pela Casa do Povo de Minde, para efeitos da candidatura apresentada à Medida Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, do Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara fez o enquadramento do assunto, genérico, relativamente aos Pontos 19 a 24.** _____

_____ Referiu que se pretende avançar com seis concursos públicos para seis empreitadas, os quais por terem continuidade em dois mil e vinte e um, carecem de autorização de assunção dos compromissos plurianuais e respetiva repartição de encargos. _ _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** disse que, dos concursos elencados na informação, alguns eram de valorizar, como é o caso da Requalificação do Mercado de Minde, a Requalificação do Estádio Municipal e a Requalificação da Estrada de Alcanena-Pousados, cuja obra foi preterida pelo Requalificação do Miradouro Joaquim Ramos Vieira. ____ _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** informou que os Cidadãos Por Alcanena – Um Concelho com Futuro, iriam votar contra dois dos pontos a votação, não por serem contra as obras em si, mas por serem contra as prioridades. Disse não serem concordantes que a Câmara Municipal se endivide gastando um milhão de euros no Parque Verde de Alcanena e mais umas centenas de euros no Jardim das Lagoas. _____

_____ **A Senhora Presidente de Câmara** esclareceu que, ao final deste terceiro mandato já não se fala de prioridades, mas sim de necessidades. Existe um conjunto de obras que têm vindo a ser prioritárias e executadas com o devido planeamento e oportunidades. _____

_____ E quando surge enquadramento comunitário para algumas intervenções isso define, também, o planeamento. _____

_____ Considerando que não existe comparticipação comunitária para a Rede Viária, o projeto reuniu agora condições para ser executado. _____

_____ Considera que a requalificação do espaço público também é uma intervenção que deve ser feita e por tal razão se ia avançar com as requalificações propostas. _ _____

_____ **O Deputado Rui Anastácio** reforçou a sua opinião de que não deve o Município endividar-se para realização de investimentos que não são prioritários. _____

_____ Quando a Senhora Presidente se referiu à oportunidade de aproveitar os fundos comunitários, esclareceu que essa comparticipação, muitas vezes de oitenta e cinco por cento, não cai do céu. Ela é proveniente dos impostos de todos. E o objetivo dos fundos comunitários é tornar os territórios mais fortes e mais competitivos, situação que muitos autarcas ainda não conseguiram entender. _____

_____ **O Deputado João Paulo Gomez** disse não partilhar da opinião do Deputado Rui Anastácio. Alcanena tem de se tornar mais apelativa e, ao contrário do afirmado pelo Deputado Ivo Santos, é favorável à Requalificação do Jardim das Lagoas porque ele não foi ali colocado para tapar o cemitério e o Hotel foi construído na localização atual porque se não seria financiado. _____

_____ A gestão pública não pode ser vista em comparação com a gestão privada. E também tem de apostar nas áreas de lazer. _____

_____ Quanto aos fundos comunitários, disse que os fundos estão disponíveis para serem utilizados e, portanto, se não forem utilizados, em anos seguintes a dotação desce.

_____ **O Deputado Ivo Santos** esclareceu que o acesso aos fundos comunitários tem custos associados. Deu como exemplo o Hotel, com o qual a Câmara teve muitos custos e que as contas negativas dessa entidade muito contribuíram para as contas negativas do Município. _____

_____ Quanto ao Parque Verde de Alcanena, este terá custos de manutenção e portanto, questionou como se faz essa manutenção tendo em conta os poucos recursos humanos da Câmara Municipal. Será um investimento que irá dar muitos problemas ao Município porque se trata de um cabeço feito em terrenos falsos onde, em tempos, existiram lagoas. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** afirmou que o atual Executivo tem apostado na Requalificação do Parque Escolar, na Educação, na Cultura (deu como exemplo a Requalificação do Cine-Teatro Rogério Venâncio, cuja obra, caso mereça apoio comunitário, será comparticipada pela Câmara Municipal no montante correspondente à contrapartida nacional), na Eficiência Energética das Piscinas e dos Bairros Sociais. Têm sido apoiadas intervenções em Cemitérios, Casas Mortuárias, equipamentos desportivos de associações, obras de abastecimento de águas e saneamento. _____

_____ Quando se fala em atração de pessoas, também têm de existir espaços atrativos. O Jardim das Lagoas não é atrativo, ninguém utiliza o espaço. Pretende-se que o espaço passe a ser vivido. O mesmo em relação ao Parque Verde, espaço que atualmente não serve para nada e que se pretende que seja um espaço de circulação pedonal no território no acesso aos diversos serviços da vila. _____

_____ Concluiu dizendo que tem havido intervenção em todas as áreas. _____

_____ **PONTO 19 - Concurso Público Empreitada 07/2020/DPGOM – Parque Verde de Alcanena – Início do Procedimento e autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação/DPGOM/dois mil e vinte, número quatro mil e noventa e seis, de quinze de abril último, enviada pela Câmara Municipal, referente ao Concurso Público para Empreitada número sete/dois mil e vinte/DPGOM – Parque Verde de Alcanena, presente à reunião da Câmara Municipal realizada em vinte de abril último, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais aprovada para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, atendendo ao valor base de 1.233.067,66€ (um milhão duzentos e trinta e três mil e sessenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, se estima uma repartição de encargos de 100.000€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 1.207.051,72€ (um milhão, duzentos e sete mil, cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra, duas abstenções e dezassete votos a favor:** _____

_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número sete/dois mil e vinte/DPGOM – Parque Verde de Alcanena; _____

_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____

_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento que, atendendo ao valor base de 1.233.067,66€ (um milhão duzentos e trinta e três mil e sessenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, se estima uma repartição de encargos de 100.000€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 1.207.051,72€ (um milhão, duzentos e sete mil, cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

_____ **Votaram contra** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Carvalho. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **PONTO 20 – Concurso Público Empreitada 15/2020/DPGOM – Centro Escolar de Minde - Autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais.** (Para deliberação) _____

_____ Presente as Informações/DPGOM/dois mil e vinte, números quatro mil oitocentos e sessenta e oito, de sete de maio findo, e cinco mil quinhentos e quarenta e cinco, de vinte e seis de maio findo, enviadas pela Câmara Municipal, referentes ao

Concurso Público para a Empreitada número quinze/dois mil e vinte/DPGOM - Centro Escolar de Minde, presentes às reuniões da Câmara Municipal realizadas em dezoito de maio findo e em um de junho corrente, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais aprovada para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, resultantes da adjudicação do procedimento, no valor de 1.095.423,11€ (um milhão, noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze centimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para a Empreitada número quinze/dois mil e vinte/DPGOM - Centro Escolar de Minde; _____

_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____

_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.095.423,11€ (um milhão, noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze centimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 100.000,00€ (cem mil euros), em dois mil e vinte e de 995.423,11€ (novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e três euros e onze centimos), em dois mil e vinte e um. _____

_____ **PONTO 21 – Concurso Público Empreitada 14/2020/DPGOM – Requalificação da EM 513-1 entre Alcanena e Pousados - Autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação/DPGOM/dois mil e vinte, número quatro mil setecentos e oitenta e oito, de sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, referente à Empreitada número catorze/dois mil e vinte/DPGOM - Requalificação da Estrada Municipal quinhentos e treze-um entre Alcanena e Pousados, presente à reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de maio findo, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, do valor de 597.638,60€ (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e oito euros e sessenta centimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número catorze/dois mil e vinte/DPGOM - Requalificação da Estrada Municipal quinhentos e treze-um entre Alcanena e Pousados. _____

_____ - Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 597.638,60€ (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e oito euros e sessenta centimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____

_____ - Ano de dois mil e vinte: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta centimos); _____

_____ - Ano de dois mil e vinte e um: 298.819,30€ (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e dezanove euros e trinta centimos). _____

PONTO 22 – Concurso Público Empreitada 11/2020/DPGOM – Requalificação dos Estádio Municipal de Alcanena - Início do Procedimento e autorização de Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Informação/DPGOM/dois mil e vinte, número quatro mil setecentos e sessenta e quatro, de cinco de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, referente ao Concurso Público para Empreitada número onze/dois mil e vinte/DPGOM – Requalificação do Estádio Municipal de Alcanena, presente à reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de maio findo, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, resultantes da adjudicação do procedimento, no valor de 1.234.502,50€ (um milhão duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e dois euros e cinquenta centimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído. _____

Deliberação tomada por unanimidade: _____

_____ - Autorizar a Abertura de Concurso Público para Empreitada número onze/dois mil e vinte/DPGOM – Requalificação do Estádio Municipal de Alcanena; _____

_____ - Autorizar, também, a repartição dos encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à mesma empreitada. _____

_____ - Autorizar, ainda, a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da adjudicação do presente procedimento no valor de 1.234.502,50€ (um milhão duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e dois euros e cinquenta centimos), com o IVA –

Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor incluído, com uma repartição de encargos de 381.600,00€ (trezentos e oitenta e um mil e seiscentos euros), em dois mil e vinte e de 852.902,50€ (oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e dois euros e cinquenta cêntimos), em dois mil e vinte e um. _____

**PONTO 23 – Concurso Público Empreitada 17/2020/DPGOM –
Requalificação do Jardim das Lagoas - Autorização de Repartição de Encargos e
de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para deliberação)**

_____ Presente a Informação/DPGOM/dois mil e vinte, número cinco mil seiscentos e dezasseis, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, referente à Empreitada número dezassete/dois mil e vinte/DPGOM-Requalificação do Jardim das Lagoas, presente à reunião da Câmara Municipal realizada em um de junho corrente, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à empreitada, no valor de 440.162,77€. (quatrocentos e quarenta mil cento e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com oito votos contra, duas abstenções e dezassete votos a favor:** _____

_____ - Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número dezassete/dois mil e vinte/DPGOM-Requalificação do Jardim das Lagoas. _____

_____ - Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 440.162,77€. (quatrocentos e quarenta mil cento e sessenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____

_____ - Ano de dois mil e vinte: 125.761,00€ (cento e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e um euros); _____

_____ - Ano de dois mil e vinte e um: 314.401,77€ (trezentos e catorze mil quatrocentos e um euros e setenta e sete cêntimos). _____

_____ **Votaram contra** os Deputados Rui Anastácio, Artur Martinho, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Jorge Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Carvalho. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

**PONTO 24 – Concurso Público Empreitada 13/2020/DPGOM –
Requalificação do Edifício dos Mercado Municipal de Minde - Autorização de
Repartição de Encargos e de Assunção dos Compromissos Plurianuais. (Para
deliberação)**

_____ Presente a Informação/DPGOM/dois mil e vinte, número cinco mil seiscentos e treze, de vinte e sete de maio findo, enviada pela Câmara Municipal, referente à Empreitada número treze/dois mil e vinte/DPGOM - Reabilitação do Edifício do Mercado Municipal de Minde, presente à reunião da Câmara Municipal realizada em um de junho corrente, que deliberou solicitar à Assembleia Municipal, que aprove a repartição dos encargos e compromissos plurianuais para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à empreitada, no valor de 315.880,00€ (trezentos e quinze mil, oitocentos e oitenta euros), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ - Autorizar a Repartição dos Encargos para os anos de em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, referentes à Empreitada número treze/dois mil e vinte/DPGOM - Reabilitação do Edifício do Mercado Municipal de Minde. _____

_____ - Autorizar, também, a Assunção dos Compromissos Plurianuais, referentes à mesma empreitada, em relação aos mesmos anos económicos, no valor de 315.880,00€ (trezentos e quinze mil, oitocentos e oitenta euros), com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, com a seguinte repartição de encargos: _____

_____ - Ano de dois mil e vinte: 60.000,00€ (sessenta mil euros); _____

_____ - Ano de dois mil e vinte e um: 255.880,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta euros). _____

**PONTO 25 – Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor
Municipal - Plataforma Logística do Médio Tejo. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação número cinco mil e quarenta e quatro, datada de doze de maio de dois mil e vinte, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, dando conhecimento de que, no âmbito da Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal - Plataforma Logística do Médio Tejo e das respetivas Medidas Preventivas aprovadas na reunião de Câmara de dezasseis de março último, promoveu-se ao envio da Proposta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para parecer. _____

_____ A CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo procedeu à emissão do parecer favorável referente à Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal. _____

_____ Assim, a Câmara Municipal, na reunião realizada em dezoito de maio findo, deliberou: _____

_____ 1.a - Enviar o processo à Assembleia Municipal, acompanhado do Parecer da CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o estabelecido no numero três do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei cinco A/dois mil e dois, na sua atual redação, para efeitos de deliberação de aprovação da “Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor de Alcanena em área envolvente ao nó da A-Um/A-Vinte e três (área a sujeitar a suspensão do PDM – Plano Diretor Municipal = aproximadamente trinta e seis hectares)” e respetiva “Proposta de Medidas Preventivas”, em conformidade com o estabelecido na aliena b) do numero um, do artigo centésimo vigésimo sexto, e numero um, do artigo centésimo trigésimo sétimo, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

_____ 1.b - Recomendar que a deliberação da Assembleia Municipal faça menção expressa à fundamentação, ao prazo, à incidência territorial e à indicação das disposições suspensas, as quais constam da “Proposta de Suspensão”, para garantia do estabelecido no numero dois, do artigo cento e vinte seis, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). _____

_____ 2 - Considerando que a proposta venha a ter acolhimento por parte do Órgão Deliberativo do Município e cumprido o ponto um, anterior, deverá ser determinada a concretização dos procedimentos administrativos subsequentes, nomeadamente: _____

_____ 2.a - Publicação na segunda série do Diário da Republica, da Deliberação Municipal que suspende o Plano Diretor Municipal, incluindo o texto das medidas preventivas respetivas e a planta de delimitação, para cumprimento do disposto no número seis, do artigo centésimo trigésimo oitavo, em articulação com a alínea i) do numero quatro, do artigo centésimo nonagésimo primeiro, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT; _____

_____ 2.b - Publicitação da Deliberação Municipal de Alcanena que suspende o PDM – Plano Diretor Municipal e respetivas Medidas Preventivas, no Boletim Municipal e na página da Internet do Município, para cumprimento do disposto no número dois e três, do artigo centésimo nonagésimo segundo, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT; _____

_____ 2.c - Envio da Suspensão Parcial do Plano à Direção Geral do Território (DGT), para efeitos de depósito, em conformidade com o estabelecido no numero um, do artigo centésimo nonagésimo terceiro, e no numero um, do artigo centésimo nonagésimo quarto, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT; _____

_____ 2.d - Os serviços de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Informática devem desencadear os procedimentos necessários de forma a permitir a consulta, nomeadamente em suporte informático, por parte dos interessados, de acordo com o estipulado nos números dois e três, do artigo centésimo nonagésimo terceiro, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. _____

_____ Em anexo à informação encontram-se cópias dos documentos referidos na mesma. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** referiu que a Assembleia Municipal, a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, deu parecer favorável à Suspensão do PDM –Plano Diretor Municipal, numa área de cerca de trinta e seis hectares, numa perspetiva de promoção do investimento naquela área contígua ao Município de Torres Novas. Tal coincidiu com uma altura de retração económica o que levou à não concretização de qualquer investimento naquela área. Houve prorrogação do prazo até dois mil e dezasseis, mas nada ali se instalou. _____

_____ Em conversações com a CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo questionou-se seria possível manter aquela suspensão ativa porque já tinham passados três anos desde que perdera validade. Foi dito que se poderia avançar com o processo e como a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional já conhecia o projeto, deu, rapidamente, parecer favorável. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** disse que a CDU – Coligação Democrática Unitária já se tinha pronunciado, na ultima sessão de Assembleia Municipal sobre a matéria e cuja proposta agora apresentada vinha aprofundar ainda mais as preocupações que têm sobre o assunto. Já em dois mil e doze não apareceram investidores e discordou quanto à justificação dada sobre o ciclo recessivo dado que, nessa mesma altura, existiram investimentos noutras zonas industriais do país. _____

_____ Afirmou que não houve investimento em Alcanena porque a zona não está infraestruturada, não existem arruamentos, água e eletricidade. A Câmara vai abdicar da sua responsabilidade de infraestruturar a zona e vai passar essa responsabilidade para os privados. Vai servir para existir especulação imobiliária. _____

_____ Concluiu dizendo tratar-se de uma má opção que vai trazer problemas no futuro. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções e vinte e cinco votos a favor:** - Aprovada a “Proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor de Alcanena em área envolvente ao nó da A-Um/A-Vinte e três (área a sujeitar a suspensão do PDM – Plano Diretor Municipal = aproximadamente trinta e seis hectares)” e respetiva “Proposta de Medidas Preventivas”, em conformidade com o estabelecido na aliena b) do numero um, do artigo centésimo vigésimo sexto, e numero um, do artigo centésimo trigésimo sétimo, da Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), aprovadas pela Câmara Municipal de Alcanena, nas suas reuniões de dezasseis de março e dezoito de maio, ambos de dois mil e vinte, com os seguintes **fundamentos:** _____

_____ Na área territorial para a qual se projeta a referida Suspensão, considera-se necessário que futuras operações urbanísticas que coloquem em causa as novas opções de planeamento municipal sejam evitadas, pelo que, a Câmara Municipal procede à adoção de medidas preventivas, como regulamentos administrativos possam servir de base à gestão urbanística corrente. _____

_____ A Suspensão do Plano Diretor Municipal, a que as presentes medidas preventivas dizem respeito, não se encontram sujeitas a ratificação pelo Governo nos termos do disposto número dois, do artigo nonagésimo primeiro, do Decreto-Lei número oitenta/dois mil e quinze. _____

_____ Fundamenta-se e caracteriza-se a flexibilização das presentes medidas preventivas ao sujeitar as operações urbanísticas nessa área, aos condicionalismos que agora se apresentam, permitindo estabelecer o indeferimento de pretensões que coloquem em causa as opções da Revisão do Plano Municipal. _____

_____ Ou seja, a aplicação destas medidas será em consonância com os trabalhos de Revisão do Plano Diretor Municipal — os quais visam promover o desenvolvimento local pela revitalização socioeconómica do Concelho de Alcanena, através da fixação enquadrada de investimento potenciador de emprego e promotor da qualidade de vida das populações. _____

_____ Assim, e nestes termos: _____

_____ Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nos terrenos integrados na área delimitada para a intervenção do procedimento de Suspensão do Plano Diretor Municipal de Alcanena, **são decretadas medidas preventivas** destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto

existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa o procedimento de Revisão do Plano. Considerando-se ainda que, a área onde incide a suspensão será objeto de Plano Pormenor. _____

Artigo 1.º

Objetivos

_____ 1 - As presentes medidas preventivas, previstas no nº 7 do artigo 126º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, são parte integrante do procedimento de Suspensão Parcial, este deliberado em reunião pública ordinária da Câmara Municipal, de 16 de março de 2020, com objetivos e fundamentação que se encontram aí devidamente explicitados. _____

_____ 2- As medidas preventivas destinam-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições existentes que possam limitar a liberdade de planeamento e estratégia municipal face à implementação da Plataforma Logística – parque empresarial como projeto estruturante ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano municipal para a área objeto de suspensão, no âmbito do nº 1 do artigo 134º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio. _____

Artigo 2.º

Âmbito Territorial

_____ As presentes medidas preventivas aplicam-se à área de cerca de 36 hectares, constituída por três zonas (Zona A, Zona B e Zona C), identificada na planta de delimitação anexa a estas (Carta de Ordenamento) e que delas fazem parte integrante, a qual corresponde à área identificada na deliberação referente à Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal, referida no artigo anterior. _____

Artigo 3.º

Âmbito Material

_____ 1 – Na Zona A, da área objeto de suspensão do Plano Diretor Municipal e das presentes medidas preventivas, é interdita qualquer operação urbanística por forma a não colocar em causa a estratégia de planeamento assumida no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor. _____

_____ 2 – Na Zona B e Zona C, da área objeto da suspensão do Plano Diretor Municipal de Alcanena e das presentes medidas preventivas: _____

_____ a) Ficam proibidas todas as operações urbanísticas e demais ações que não tenham por objeto ou não se destinem aos objetivos constantes do artigo primeiro deste Regulamento. _____

_____ b) Para as operações urbanísticas admitidas, nos termos da alínea anterior, não é permitido índice de ocupação máxima do solo, superior a 0,70. _____

_____ c) Não é admitida a edificação que não garanta as infraestruturas básicas de arruamentos e de abastecimento de água, energia elétrica e saneamento, ficando os encargos da respetiva execução e os encargos de funcionamento, da responsabilidade do promotor/investidor, sendo que estes últimos terão de ser garantidos pelo prazo mínimo de 10 anos, à semelhança no estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. _____

Artigo 4.º

Âmbito Temporal

_____ As presentes medidas preventivas vigoram pelo prazo de dois anos, prorrogável por mais um ou até a entrada em vigor da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alcanena. _____

Artigo 5.º

Alterações à Legislação e Omissões

_____ 1 - Quando a legislação em vigor mencionada nas presentes medidas preventivas for alterada, as remissões expressas que para ela se fazem consideram-se automaticamente transferidas para a nova legislação, ou deixarão de ter efeito caso se trate de revogação. _____

_____ 2 - A qualquer situação não prevista nas presentes disposições regulamentares aplicar-se-á o disposto na demais legislação vigente. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos e José Carlos Pereira. _____

_____ **PONTO 26 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição**
- Ano 2019 (para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, a Informação número dois mil trezentos e dez, datada de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, contendo o Relatório de Avaliação do ano de dois mil e dezanove, do Estatuto do Direito de Oposição. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 27 – Aclaração sobre “Medidas de Apoio a Famílias e Empresas no Concelho de Alcanena” aprovadas pela Câmara na reunião de 06-04-2020, na sequência da proposta n.º 3809, datada de 01-04-2020.** (para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, as Propostas números três mil oitocentos e nove, datadas de um de abril de dois mil e vinte, e quatro mil cento e treze, de quinze de

abril de dois mil e vinte, enviadas pela Câmara Municipal de Alcanena, sobre as Medidas de Apoio a Famílias e Empresas no Concelho de Alcanena

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 28 – Medidas de Apoio a Famílias, Empresas, IPSS e Corporações de Bombeiros, no Concelho de Alcanena (para conhecimento)**

_____ Presente, para conhecimento, a Proposta número quatro mil cento e catorze, de quinze de abril de dois mil e vinte, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, sobre as Medidas de Apoio a Famílias, Empresas, IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e Corporações de Bombeiros, no Concelho de Alcanena. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 29 - Medidas de apoio a famílias, empresas, IPSS e Bombeiros no concelho de Alcanena – Isenção de Tarifas de RSU. (para conhecimento)**

_____ Presente, para conhecimento, a Proposta número quatro mil cento e doze, de quinze de abril de dois mil e vinte, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, sobre as Medidas de apoio a famílias, empresas, IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e Bombeiros no concelho de Alcanena – Isenção de Tarifas de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **PONTO 30 - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 07/02/2020 a 07/04/2020. (para conhecimento)**

_____ Presente a Informação número quatro mil e um, de oito de abril último, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a listagem acima referida, em cumprimento da proposta aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de vinte e quatro de novembro de dois mil e dezassete, aquando da emissão da autorização prévia genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e trinta e cinco minutos**, do dia seis de junho de dois mil e vinte, declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra a Senhora Joana Algarvio** que questionou se já eram conhecidas as conclusões das ações de monitorização da qualidade do ar, amoníaco e gás sulfídrico e se os dados ficarão disponíveis para consulta pública. _____

_____ Questionou, também, sobre o ponto de situação da queixa a apresentar ao Ministério Público e se ainda estão a averiguar se existe ou não sustentação legal para se avançar. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que se está a concluir a avaliação técnica para ser tornado público e sobre a queixa apresentada junto do Ministério Público está a decorrer nos trâmites judiciais. _____

_____ **Eram zero horas e quarenta e cinco minutos, do dia seis de junho de dois mil e vinte, foi encerrada a sessão, tendo a Ata sido lida e aprovada, em Minuta, por unanimidade.** _____